



10 ANOS  
10 TEMAS

# COESÃO SOCIAL



O DataCentro é a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro. Trata-se de uma aposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro num serviço público de informação, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado.

Organizado por grandes domínios (Centro, PORTUGAL 2020, Conjuntura, Europa, CCDRC e Barómetro), integra mais de 1.000 indicadores estatísticos de diferentes fontes de informação, que podem ser conjugados à medida das necessidades do utilizador ou consultados através de tabelas predefinidas para diferentes níveis de desagregação geográfica e visualizados através de cartogramas.

Para assinalar os 10 anos de existência do DataCentro, a CCDRC lança vários cadernos temáticos que tratam diferentes áreas da realidade regional.

Todos os indicadores analisados neste documento são disponibilizados no DataCentro, que pode ser consultado em [datacentro.ccdrc.pt](http://datacentro.ccdrc.pt).

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

DataCentro - 10 Anos 10 Temas - Coesão Social

### EDITOR

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

### DATA DE EDIÇÃO

Maior de 2023

## COESÃO SOCIAL NO CENTRO

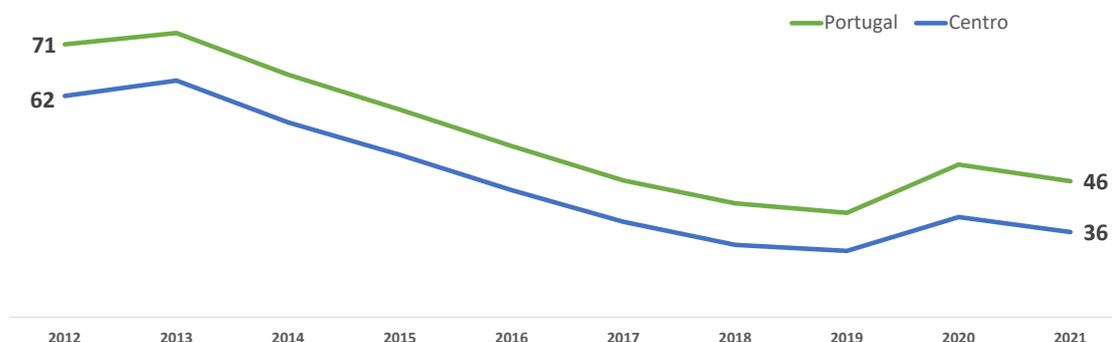
### PROTEÇÃO SOCIAL

#### REGIÃO CENTRO TEM MENOS BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS AO DESEMPREGO E À POBREZA FACE AO VALOR MÉDIO NACIONAL

Na Região Centro, o número de [beneficiários de subsídios de desemprego por mil habitantes em idade ativa](#) desceu na última década (com exceção do ano em que surgiu a pandemia por COVID-19), registando 36‰ em 2021, e mantendo-se sempre inferior ao registo nacional.

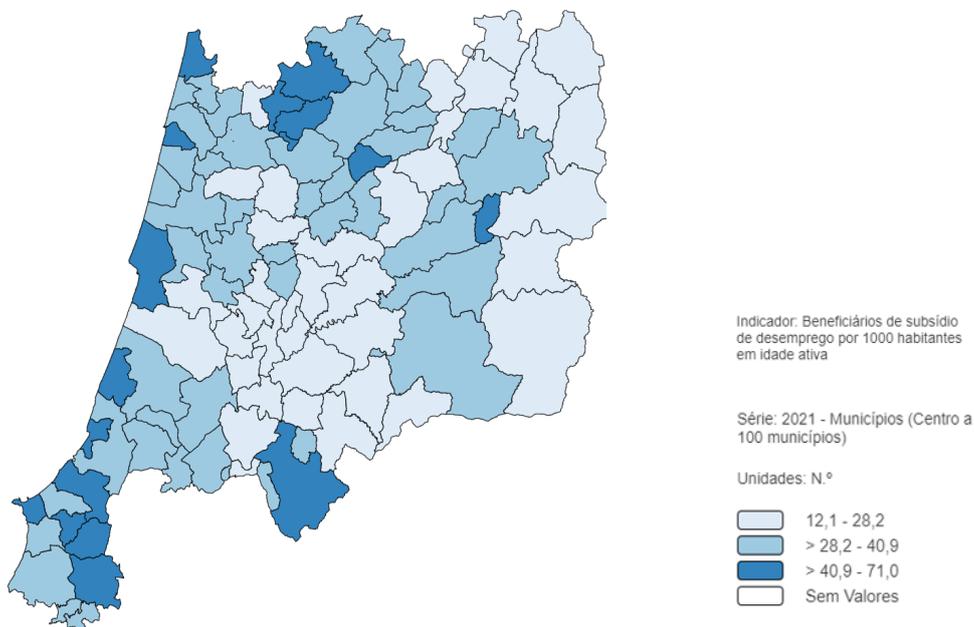
Na comparação com as outras regiões, é o Centro que observa o resultado mais baixo, seguido dos Açores (43‰), em oposição ao Algarve com o valor mais elevado (81‰). É importante referir que 2021 foi ainda um ano pandémico, com setores como o turismo a serem particularmente afetados pelo que com impactos muito mais fortes em regiões muito dependentes deste setor económico.

#### Nº DE BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



Dentro da Região Centro, observa-se uma grande dispersão territorial nos resultados, com o litoral a registar maior incidência de beneficiários de subsídios de desemprego por mil habitantes. Peniche, com 71‰, e Pampilhosa da Serra, com 12,1‰, são os municípios com o maior e o menor valor registado neste indicador, respetivamente.

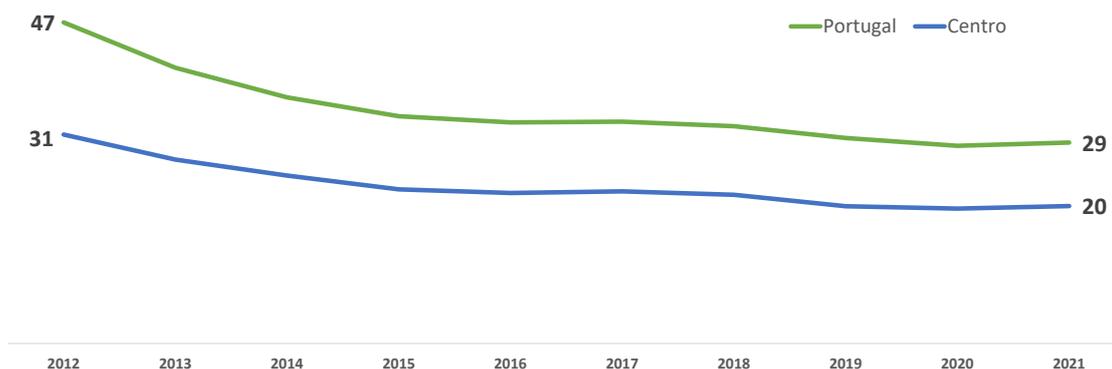
## BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021



Quanto à proteção social face ao risco social da pobreza, o número de [beneficiários de Rendimento Social de Inserção \(RSI\) por mil habitantes em idade ativa](#) na Região Centro é também inferior ao registo nacional (20‰ e 29‰ em 2021, respetivamente), permanecendo relativamente estável desde 2015.

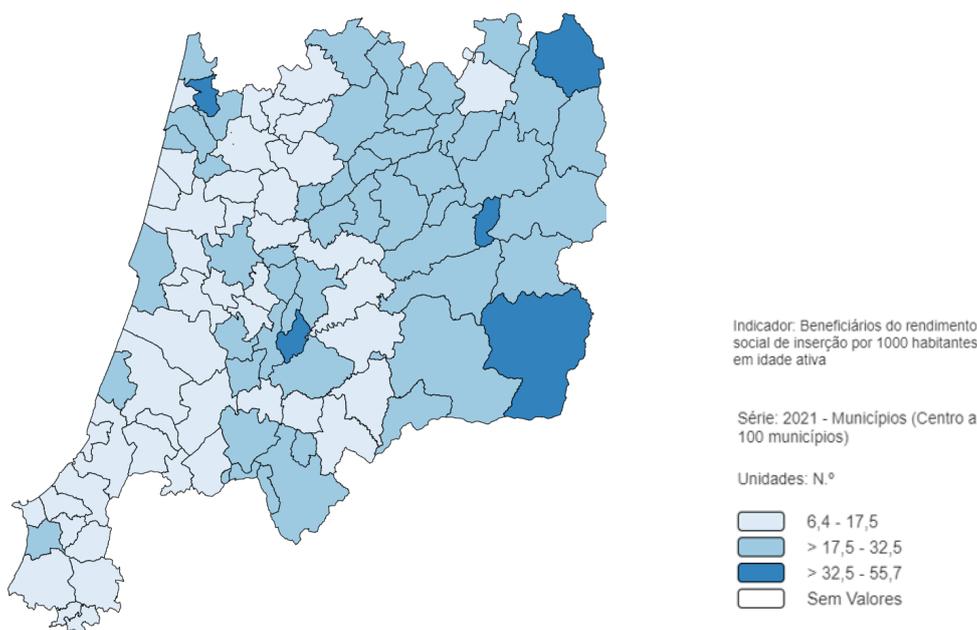
Em 2021, é também o Centro a região com o registo mais baixo (20‰), mas desta vez seguido do Algarve (27‰), e os Açores com o registo mais elevado (84‰). De facto, é na Região Autónoma dos Açores que, anualmente, se registam as taxas de pobreza e exclusão social mais elevadas, explicando-se dessa forma o elevado take up do RSI, pois trata-se de uma prestação social de apoio a indivíduos e famílias mais pobres.

## Nº DE BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



Também aqui há uma forte dispersão territorial intrarregional, mas com o interior a registar maior incidência. Figueira de Castelo Rodrigo, com 55,7‰, é o município com o valor mais alto, e Oliveira de Frades, com 6,4‰, é o município com o valor mais baixo. A contração da população em idade ativa e a limitação das oportunidades para gerar rendimento ajudam a explicar estes resultados.

### BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021

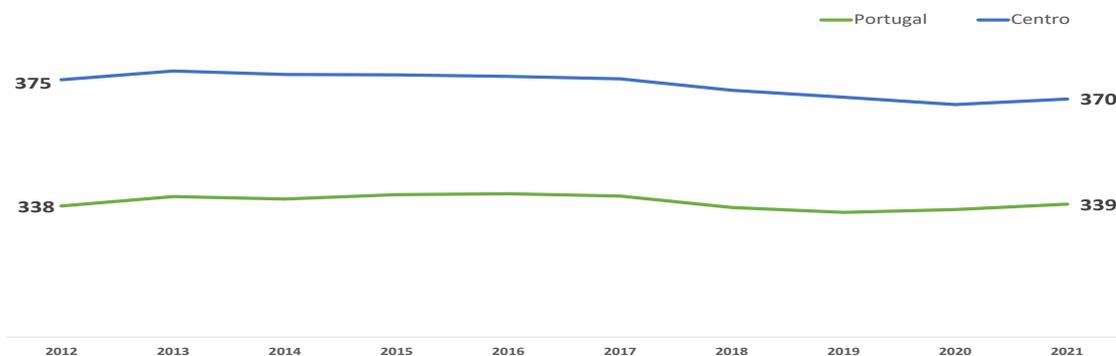


### REGIÃO CENTRO TEM MAIS PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL FACE AO PAÍS

Relativamente à cobertura de riscos sociais como invalidez, velhice, doença profissional ou morte, o número de [pensionistas da segurança social por mil habitantes em idade ativa](#) na Região Centro tem sido superior à média nacional ao longo da última década, mantendo-se ambos os resultados relativamente estáveis neste período. Estes resultados devem ser lidos à luz do triplo desafio demográfico que a região enfrenta, com uma população bastante envelhecida e a envelhecer rapidamente, dificuldades em rejuvenescer a população residente e a necessidade de atrair e reter pessoas no território, sobretudo em idade ativa.

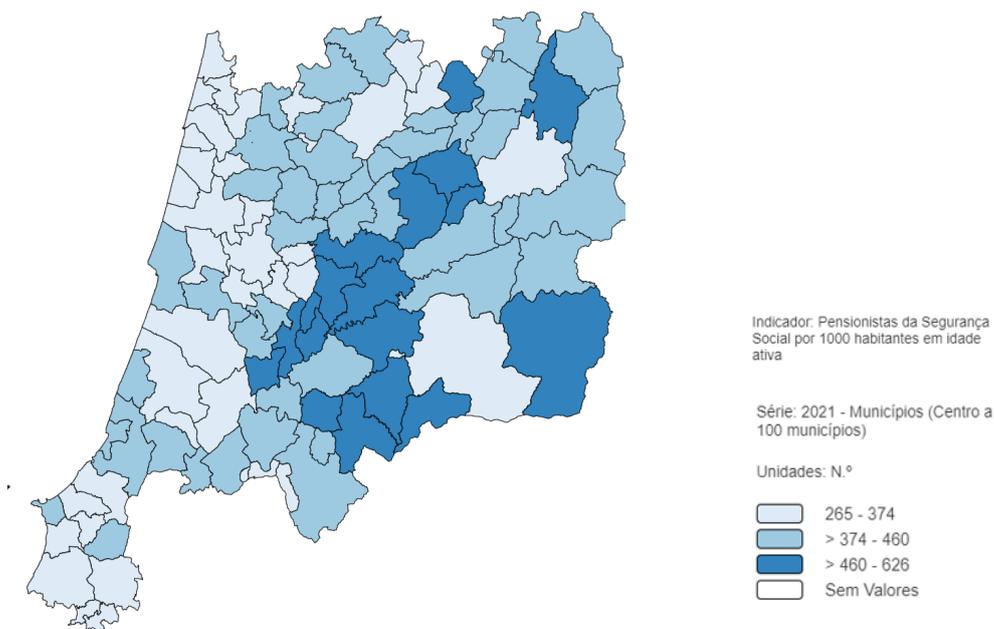
Em termos regionais, e para o ano de 2021, apenas o Alentejo se destaca com um valor superior ao Centro, 415‰ versus 370‰. É na Região Autónoma dos Açores que se encontra o registo mais baixo do país (253‰).

### Nº DE PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE, DOENÇA PROFISSIONAL OU MORTE) DA SEGURANÇA SOCIAL POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



É novamente no interior que se encontram os municípios com mais pensionistas ponderados pela população ativa, com os valores a variar entre o Entroncamento (265‰) e Castanheira de Pêra (626‰). É ainda de relevar que, dos 100 municípios da Região Centro, 64 estão já acima do registo regional de 2021, de 370‰.

### PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021

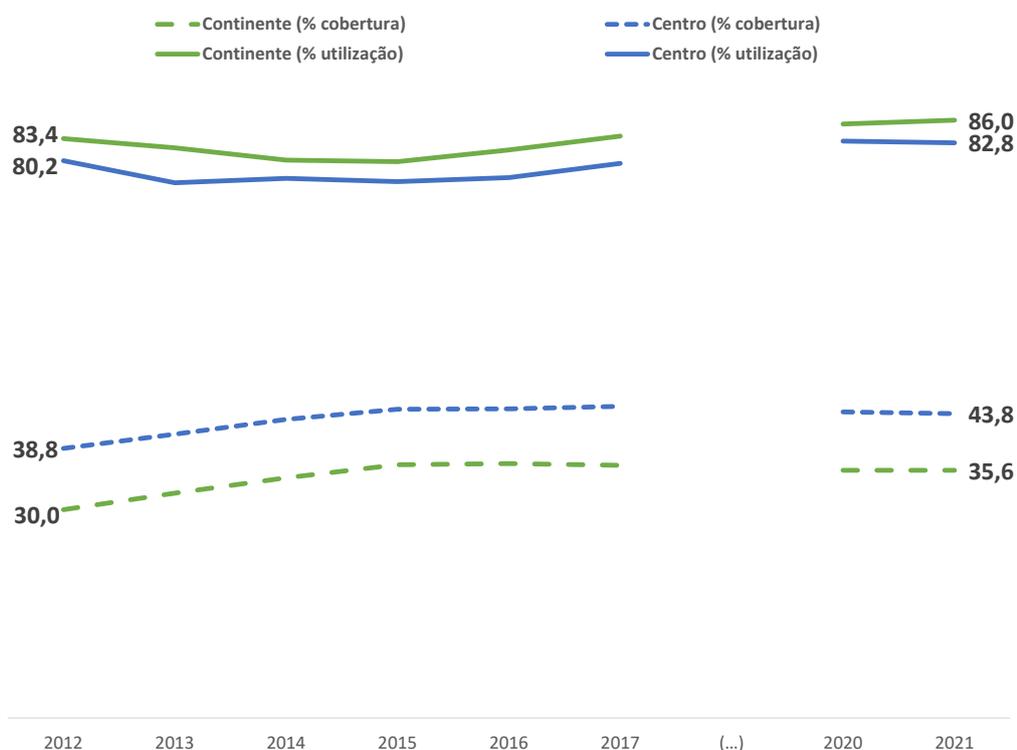


## COBERTURA DA REDE DE CRECHES NO CENTRO É SUPERIOR À COBERTURA MÉDIA NO CONTINENTE, MAS UTILIZAÇÃO É INFERIOR<sup>1</sup>

A [taxa de cobertura das creches](#) na Região Centro tem sido superior ao registo médio para Portugal Continental ao longo de toda a década, com ambas a registar aumentos. Entre 2012 e 2021, a taxa regional passou de 38,8% para 43,8%, um aumento de cinco pontos percentuais. Ao nível do Continente, aumentou de 30,0% para 35,6%, mas ainda assim encontra-se cerca de oito pontos percentuais abaixo do registo do Centro.

Já a [taxa de utilização das creches](#) tem sido superior no Continente face à região, com ambas a aumentar e a situar-se em 86,0% e 82,8% em 2021, respetivamente.

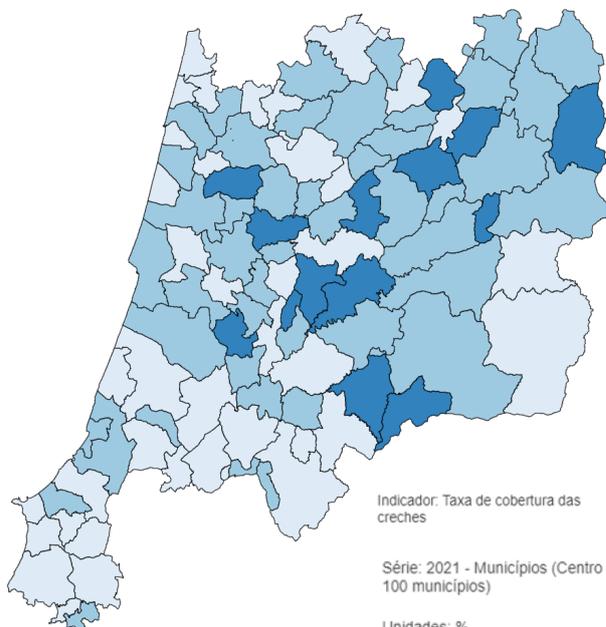
TAXA DE COBERTURA DAS CRECHES, 2012-2021



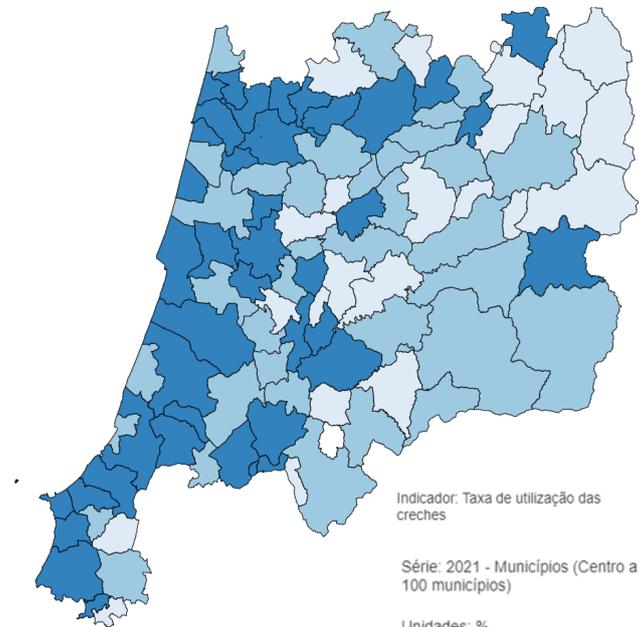
A análise territorial mostra que é o interior da região que tem maior cobertura, podendo este resultado dever-se ao facto de haver menos crianças e redes de suporte familiar.

<sup>1</sup> Cobertura = capacidade da resposta / população alvo; Utilização = beneficiários da resposta / capacidade da resposta

### TAXA DE COBERTURA DAS CRECHES POR MUNICÍPIO, 2021



### TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS CRECHES POR MUNICÍPIO, 2021



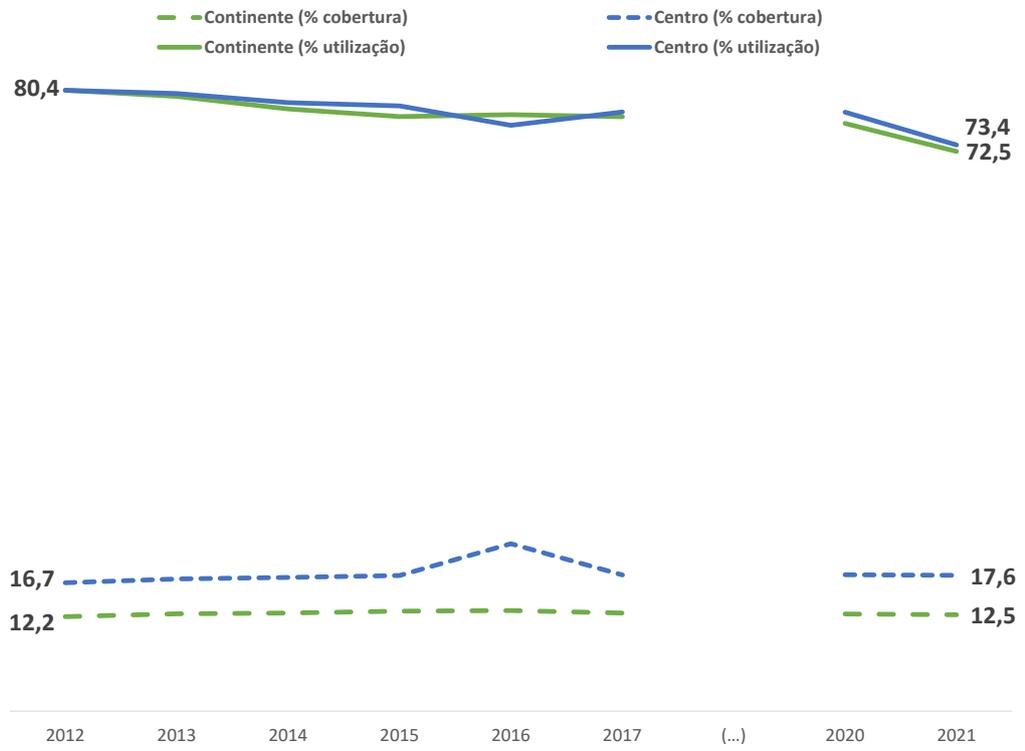
## COBERTURA DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS NO CENTRO É SUPERIOR À COBERTURA MÉDIA DO CONTINENTE, ENQUANTO UTILIZAÇÃO É SEMELHANTE <sup>2</sup>

A [taxa de cobertura das respostas sociais para idosos](#) (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) na Região Centro tem sido superior ao registo continental ao longo da década, sendo de 17,6% face a 12,5% em 2021, uma diferença de cinco pontos percentuais.

Já a [taxa de utilização destas respostas sociais para idosos](#) tem sido praticamente coincidente, com ambos os registos a diminuir nos dez anos em análise, porventura devido ao desenvolvimento da Rede de Cuidados Continuados Integrados. Em 2021, rondam os 73% para a região e para o Continente.

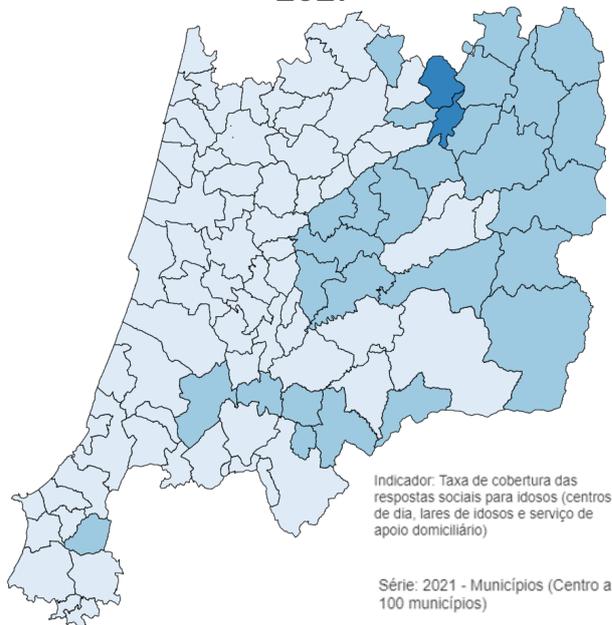
<sup>2</sup> Cobertura = capacidade da resposta / população alvo; Utilização = beneficiários da resposta / capacidade da resposta

### TAXA DE COBERTURA DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS, 2012-2021



Também aqui, a análise infrarregional mostra que os territórios do interior têm taxas de cobertura mais elevadas. Ainda que a proporção de idosos seja elevada, o crescente despovoamento permitirá disponibilizar mais vagas. Já o litoral, apresenta maior utilização das vagas disponibilizadas.

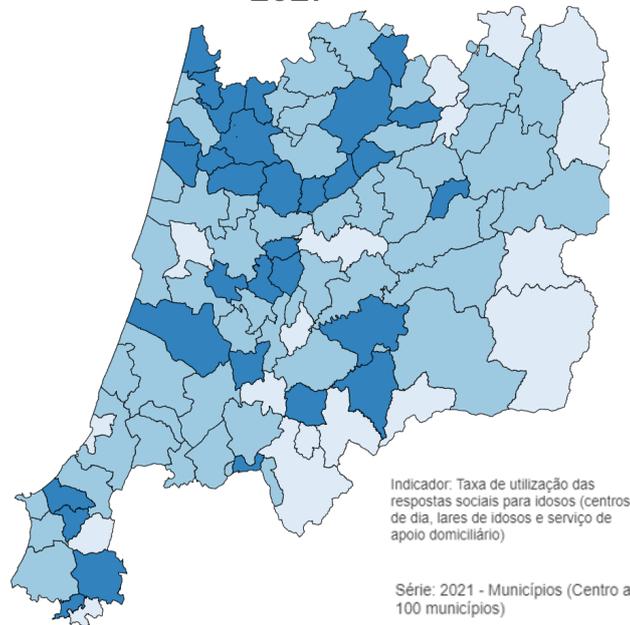
### TAXA DE COBERTURA DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS POR MUNICÍPIO, 2021



Unidades: %

5 - 24
> 24 - 48
> 48 - 74
Sem Valores

### TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS POR MUNICÍPIO, 2021



Unidades: %

45 - 65
> 65 - 78
> 78 - 92
Sem Valores

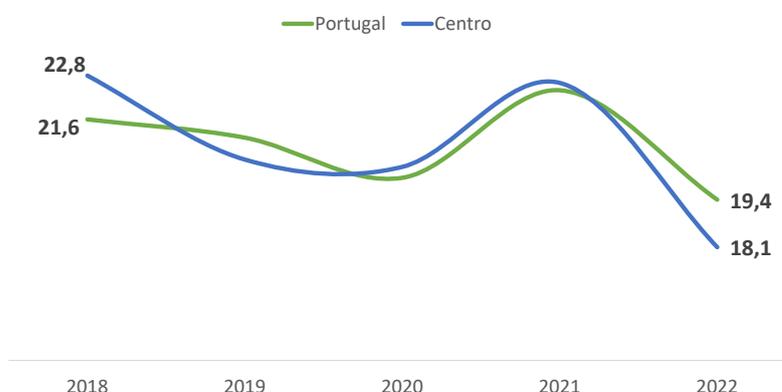
## CONDIÇÕES DE VIDA

### POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO DIMINUIU E É AGORA INFERIOR AO REGISTO NACIONAL

A proporção de população residente em risco de pobreza ou exclusão social (população em risco de pobreza monetária e/ou em privação material e social severa e/ou em agregados com muito baixa intensidade de trabalho), cuja fonte de informação está apenas disponível para o nível NUTS II desde 2018, inverteu a sua tendência de descida em 2021, fruto do impacte da crise sanitária devido à COVID-19, mas recuperou em 2022. Assim, a Região Centro tem agora 18,1% da sua população em risco de pobreza ou exclusão social, face aos 19,4% em Portugal, mostrando uma recuperação mais acentuada face ao país.

Em termos regionais, é a área Metropolitana de Lisboa que regista a proporção mais baixa, com 13,6%, seguida do Alentejo, com 17,2%. Por outro lado, são as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que apresentam os valores mais elevados, ambas com 29,6%.

## PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL, 2018-2022



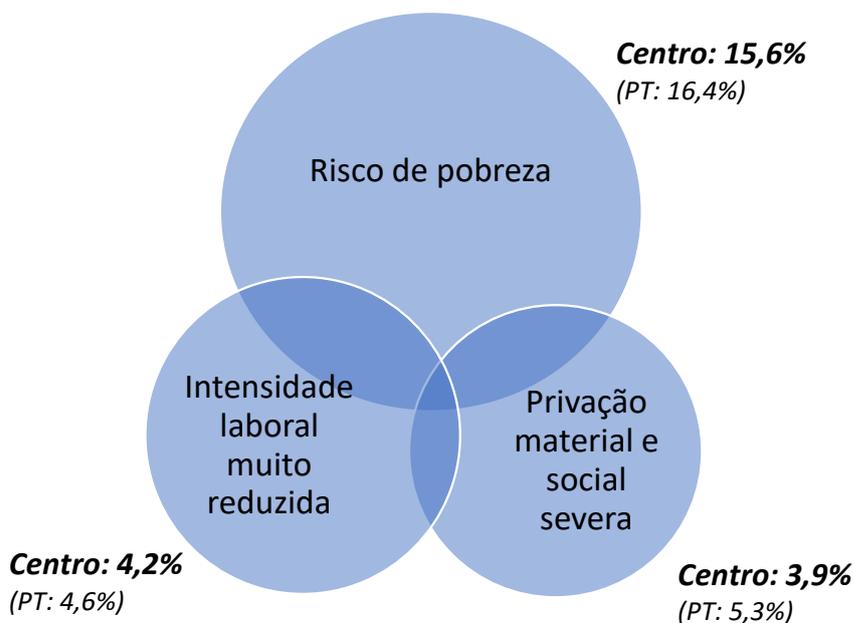
O indicador composto “risco de pobreza ou exclusão social” resulta da combinação de três indicadores: [taxa de risco de pobreza](#)<sup>3</sup> e/ou [taxa de privação material e social severa](#)<sup>4</sup> e/ou [intensidade laboral per capita muito reduzida](#)<sup>5</sup>. Na Região Centro, a população em risco de pobreza monetária é de 15,6%, a população em privação material e social severa é de 3,9% e a intensidade laboral per capita muito reduzida é de 4,2%. Resumindo, 18,1% da população da Região Centro encontra-se a experienciar pelo menos uma das três situações aqui descritas, sendo que o risco de pobreza monetária é claramente o indicador com maior peso no indicador composto.

<sup>3</sup> Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

<sup>4</sup> Condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, sete de treze itens de privação material e social. Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

<sup>5</sup> Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 64 anos (excluindo os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.

**PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE: EM RISCO DE POBREZA (2021) , EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA (2022) E EM INTENSIDADE LABORAL POR CAPITA MUITO REDUZIDA (2021), REGIÃO CENTRO**



**POPULAÇÃO EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL NA REGIÃO CENTRO É INFERIOR AO REGISTO NACIONAL**

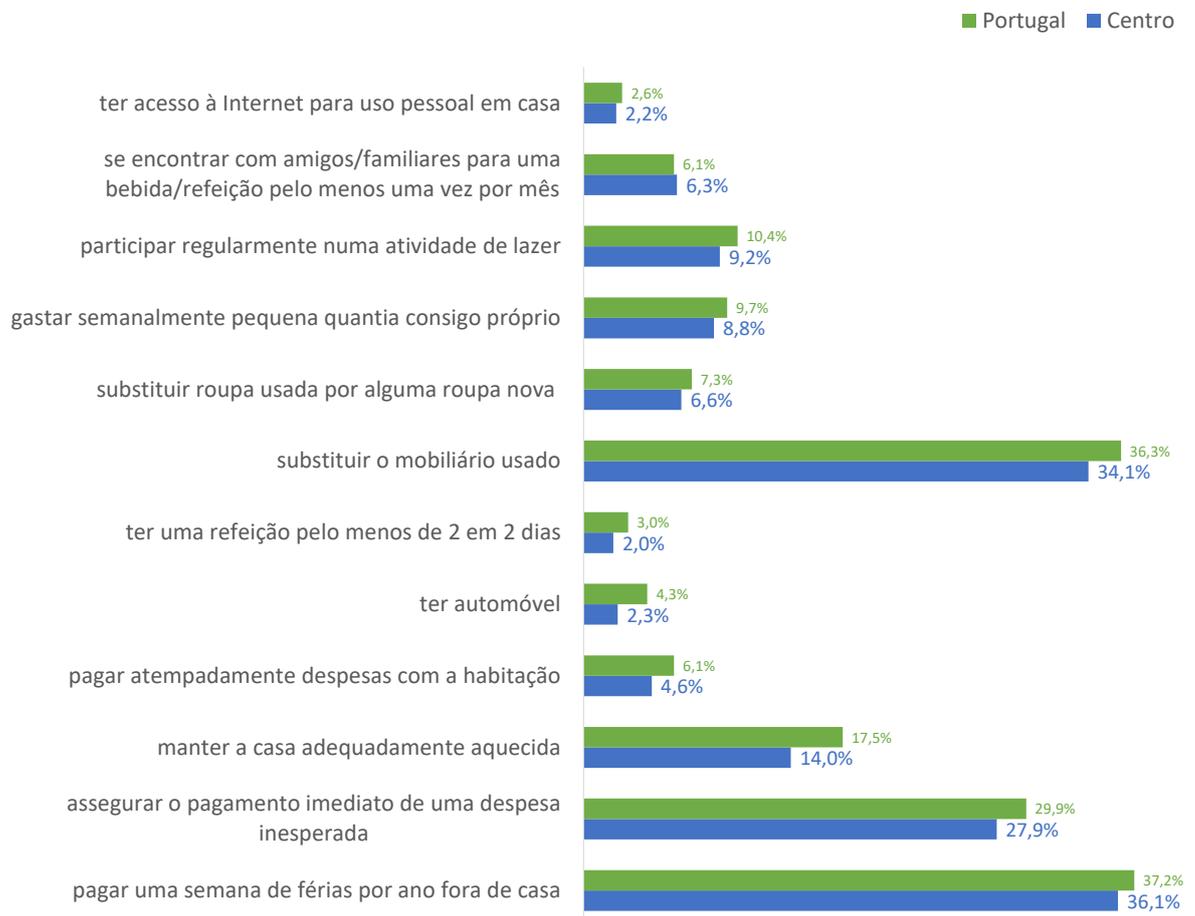
A [proporção de população residente por item de privação material e social](#) na Região Centro diminuiu em 2022 e é globalmente inferior à de Portugal nos vários itens de privação, excetuando 'sem capacidade económica para se encontrar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês', estimando-se que 6,3% da população no Centro se encontre nessa situação, ao passo que a taxa nacional é de 6,1%.

Os itens com maior expressão, abrangendo cerca de um terço da população residente, são:

- a capacidade para 'pagar uma semana de férias por ano fora de casa', com 36,1% da população do Centro a assumir não ter condições económicas para o fazer, subindo esse valor para 37,2% da população portuguesa – sendo que nos Açores e Madeira ultrapassa mesmo os 50% da população;
- a capacidade para 'substituir o mobiliário usado', com 34,1% da população do Centro a registar incapacidade económica para o fazer, face a 36,3% da população nacional;
- a capacidade para 'assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo)', com 27,9% da população do Centro a reconhecer não ter capacidade económica para o fazer, contra 29,9% da população nacional – as regiões autónomas destacam-se novamente com taxas superiores a 40%.

## PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE POR ITEM DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL, CENTRO E PORTUGAL, 2022

Sem capacidade económica para...





<http://datacentro.ccdrc.pt>